



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

7

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 7 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-281-4
DOI 10.22533/at.ed.814201308

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O sétimo volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes interfaces educacionais

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DOS GRANDES RIOS: O PROJETO ESCOLAS D'ÁGUA NO BRASIL	
Edilzane Almeida Corrêa Leandro Monteiro Xavier Daniely Alves Almada Jaqueline Araújo da Silva Luiz Fernando Aguiar Júnior Taís Amaral Pires dos Santos Yasmim Cristina dos Santos Marques Marcelo Antonio Jose de Mesquita Sebastião Ribeiro Xavier Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8142013081	
CAPÍTULO 2	11
RESILIÊNCIA E EDUCAÇÃO: UM PANORAMA DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho Francismara Neves de Oliveira Jamille Mansur Lopes Maria Fernanda Maceira Mauricio	
DOI 10.22533/at.ed.8142013082	
CAPÍTULO 3	24
PERCEPÇÕES DE ESCOLARES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	
Maria Albaneide Fortaleza	
DOI 10.22533/at.ed.8142013083	
CAPÍTULO 4	37
A PEDAGOGIA EMPRESARIAL COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO OUTRO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL	
Luiz Alberto Borcsik Carlos Roberto da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.8142013084	
CAPÍTULO 5	48
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Luan Chagas Furlan Gemeniane Maria Sales Elisa Gomes Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.8142013085	
CAPÍTULO 6	71
DIFICULDADES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DE ALUNOS DO INTERIOR DE ALAGOAS	
Ana Kelly da Silva Fernandes Duarte Ana Karoline da Silva Fernandes Duarte Osman Cavalcante Júnior Ana Cláudia da Silva Fernandes Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.8142013086	

CAPÍTULO 7	79
MAPEAMENTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Adelcio Machado dos Santos	
Donizete Dala Santa	
Genéia Lucas dos Santos	
Scheine Neis da Cruz	
Joel Haroldo Baade	
DOI 10.22533/at.ed.8142013087	
CAPÍTULO 8	95
ESCOLA, SOCIEDADE E CULTURA – A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA MATRIZ CURRICULAR ESCOLA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8142013088	
CAPÍTULO 9	106
MAPEAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO 4.0 NO PERÍODO DE 2015-2019	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Lucas Capita Quarto	
Fábio Luiz Fully Teixeira	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8142013089	
CAPÍTULO 10	114
PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A NEUROCIÊNCIAS E O ENVELHECIMENTO HUMANO	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Lucas Capita Quarto	
Fábio Luiz Fully Teixeira	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
DOI 10.22533/at.ed.81420130810	
CAPÍTULO 11	125
EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A PEDAGOGIA SOCIAL: UMA INTERFACE	
Zilpa Helena Lovisi de Abreu	
Annaelise Fritz Machado	
Bruno Barbosa Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.81420130811	
CAPÍTULO 12	139
A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO	
Helen Arantes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.81420130812	
CAPÍTULO 13	149
A SÉTIMA ARTE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Kárita Misaele Sousa Felipe	
Mirelle Fernandes Ferreira	
Gabriela dos Reis	
Wanderson Sant 'Ana de Almeida	

Kamila Kronit Bastos
Edlaine Faria de Moura Villela
DOI 10.22533/at.ed.81420130813

CAPÍTULO 14 155

A FORMA ESCOLAR NAS SOCIEDADES DE CONTROLE

José Eduardo Fonseca Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.81420130814

CAPÍTULO 15 169

EDUCAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS PEDAGÓGICOS

Adelcio Machado dos Santos

Alexandre Carvalho Acosta

Alisson Andre Escher

Inês Maria Gugel Dummel

Joel Haroldo Baade

DOI 10.22533/at.ed.81420130815

CAPÍTULO 16 177

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Gabriela Rocha Guimarães

Maria Madalena Gracioli

DOI 10.22533/at.ed.81420130816

CAPÍTULO 17 186

AS POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 1995 A 2016

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.81420130817

CAPÍTULO 18 199

A PEDAGOGIA JORNALÍSTICA

Vanderlei Souto dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81420130818

CAPÍTULO 19 205

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO ATRAVÉS DE UMA AÇÃO CURRICULAR EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cassiane Viana de Andrade

Natália Webler

Tilson Nunes Mota

Ridalva Dias Martins Felzemburgh

DOI 10.22533/at.ed.81420130819

CAPÍTULO 20 211

IMPACTOS DO CAPITALISMO E DO INDIVIDUALISMO NO ALUNO MODERNO: O ENFRAQUECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro

Claudio José Amaral Bahia

DOI 10.22533/at.ed.81420130820

CAPÍTULO 21	219
A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PROJETO AUTONOMIA CARIOCA: A RELAÇÃO DE UMA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS COM ÍNDICES QUALIFICADORES DA REDE PÚBLICA CARIOCA (2010-2014)	
Elaine Rodrigues de Ávila	
Wania Regina Coutinho Gonzalez	
DOI 10.22533/at.ed.81420130821	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

PERCEPÇÕES DE ESCOLARES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Data de aceite: 03/08/2020

Maria Albaneide Fortaleza

<http://lattes.cnpq.br/2917918790151220>

RESUMO: Objetivou-se conhecer as percepções de escolares acerca da violência doméstica e familiar. Pesquisa qualitativa, realizada de março a junho de 2019, com participação de 18 escolares de escola pública de ensino médio. Dados coletados através de questionário semiestruturado, os quais foram submetidos à interpretação e análise de conteúdo. Determinaram-se como categorias: Caracterização dos sujeitos, compreensão acerca da violência doméstica, tipificação da violência e conhecimento sobre a Lei Maria da Penha. A violência e a desigualdade de gênero foram percebidas pelos escolares, cujos agressores faziam parte do convívio familiar. A maioria dos escolares demonstrou conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e sabiam onde poderiam ajuda. Estudos semelhantes contribuíram com a discussão sobre a violência contra a mulher no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica. Adolescente. Escola.

PERCEPTIONS OF SCHOOLS ABOUT DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE

ABSTRACT: The objective was to know the perceptions of schoolchildren about domestic and family violence. Qualitative research, carried out from March to June 2019, with the participation of 18 students from public high school. Data collected through semi-structured questionnaire, which were submitted to interpretation and content analysis. The following categories were determined: Characterization of the subjects, understanding of domestic violence, typification of violence and knowledge about the Maria da Penha Law. Violence and gender inequality were perceived by the students, whose aggressors were part of the family life. Most students demonstrated knowledge of the Maria da Penha Law and know where to ask for help. Similar studies contributed to the discussion about violence against women in the school environment.

KEYWORDS: Domestic Violence. Adolescent. School.

PERCEPCIONES DE ESCOLARES SOBRE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR

RESUMEN: El objetivo fue conocer las

percepciones de escolares sobre la violencia doméstica y familiar. Investigación cualitativa, llevada a cabo de marzo a junio de 2019, con la participación de 18 estudiantes de secundaria pública. Datos recopilados a través de cuestionarios semiestructurados, que fueron sometidos a interpretación y análisis de contenido. Se determinaron las siguientes categorías: caracterización de los temas, comprensión de la violencia doméstica, tipificación de la violencia y conocimiento de la Ley Maria da Penha. La violencia y la desigualdad de género fueron percibidas por los estudiantes, cuyos agresores eran parte de la vida familiar. La mayoría de los estudiantes demostraron conocimiento de la Ley Maria da Penha y sabían dónde pedir ayuda. Estudios similares contribuyeron a la discusión sobre la violencia contra las mujeres en el entorno escolar.

PALABRAS CLAVE: Violencia Doméstica. Adolescente. Escuela.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico, social e multinacional. No cenário nacional, o noticiário domina e demonstra violência doméstica e familiar sob as quais as mulheres estão submetidas cotidianamente na sociedade. Essas formas de violência existem em diversas formas e atingem diferentes classes sociais.

Apesar das conquistas e avanços após a Lei Maria da Penha, o fenômeno ainda está longe de ser controlado. Considera-se a violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e é identificada como a ação ou a omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial¹.

Em 2017, registrou-se crescimento dos homicídios femininos, chegando a 13 por dia, totalizando 4.936 mortes de mulheres. Entre 2007 e 2017, houve aumento de 30,7% nos homicídios de mulheres no Brasil, sendo este fato recorrente no Estado do Ceará, o qual notificou elevação de 176,9%².

A cada 17 minutos uma mulher é agredida fisicamente. De meia em meia hora, alguém sofre violência psicológica ou moral. A cada 3 horas, alguém relata um caso de cárcere privado. Em um dia, oito casos de violência sexual são descobertos no país, e, toda semana, 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais³.

O conjunto desses atos sofridos pelas mulheres revela a mais dura expressão da desigualdade entre homens e mulheres. Isso demonstra o poder de superioridade por parte dos homens, justificada por argumentos atrasados, morais e culturais, pelo sentimento de propriedade exercidos sobre a mulher, tendo como alegação a condição feminina ou imposição baseada na desigualdade de gênero.

Nesse sentido, a violência contra a mulher é entendida sob a perspectiva de gênero e ocorre contra uma pessoa que não é considerada igual ou que não tenha as mesmas condições de existência e valor. Assim, a violência é motivada quando as relações de desigualdade, de acordo com as condições de sexo, são percebidas, sobretudo no

ambiente familiar, no qual as relações se constituem por hierarquias⁴.

Dessa forma, a violência atinge a esfera privada, que resulta da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais. Dentre todos os tipos de violência contra a mulher, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis, perversas e invisíveis pela sociedade.

Compreende-se que a família e a escola são responsáveis pela ação de educar. Deste modo, a escola é um espaço potencial para o diálogo acerca da violência contra mulher, possibilitando a construção do pensamento crítico, reflexivo e humanizado acerca dessa temática. Diante disso, formularam-se as questões: quais as percepções dos escolares do ensino médio sobre a violência contra a mulher? Estes já presenciaram algum tipo de violência em suas famílias?

Diante o exposto, objetivou-se conhecer as percepções de escolares acerca da violência doméstica e familiar.

METODOLOGIA

Pesquisa do tipo descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, realizada de março a junho de 2019, mediante aplicação de questionário sociodemográfico, com 18 estudantes entre 14 e 18 anos de idade, do 1º ano do ensino médio, do período da tarde, de escola pública localizada em Campos Sales, Ceará, Brasil.

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem artefatos e a si, sentem e pensam. As abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos participantes, de relações e para as análises dos discursos e documentos⁵.

A organização dos dados aconteceu por meio de categorias temáticas⁶, cuja análise foi subsidiada pela literatura concernente e lei de proteção à mulher, a Lei nº Maria da Penha, 2006¹.

O estudo obedeceu aos aspectos éticos e legais da pesquisa envolvendo seres humanos⁷, sendo apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente, conforme Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 23920619.6.0000.5055⁸.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para sistematização das informações, apresentam-se dados referentes aos dezoito sujeitos incluídos no estudo, considerando as variáveis: idade, sexo, escolaridade, etnia/raça, religião, situação ocupacional e renda familiar.

Identificação	Idade (Anos)	Sexo	Etnia/Raça	Religião	Escolaridade	Situação ocupacional	Renda Familiar
Q1	15	F	N/S	C	1º Ano	O	≤ 2
Q2	18	M	N/S	N	1º Ano	N/T	≤ 2
Q3	15	F	N	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q4	15	M	P	C	1º Ano	T	≤ 2
Q5	15	F	P	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q6	15	M	B	N	1º Ano	N/T	≤ 2
Q7	15	F	P	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q8	16	F	B	E	1º Ano	N/T	≤ 2
Q9	15	F	P	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q10	15	F	P	N	1º Ano	N/T	≤ 2
Q11	16	F	B	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q12	14	F	P	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q13	15	M	N	C	1º Ano	T	≤ 2
Q14	17	M	N	N/S/I	1º Ano	N/T	≤ 2
Q15	14	F	B	E	1º Ano	N/T	≤ 2
Q16	15	F	B	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q17	15	F	P	C	1º Ano	N/T	≤ 2
Q18	15	F	A	C	1º Ano	N/T	≤ 2

Fonte: Elaborado pelos autores.

*Legenda: Q=Questionário; F=Feminino; M=Masculino; C=Católica; E=Evangélica; O=Outros; NS= Não sabe; S=Salário; N= Nenhuma religião; NS= Não sabe; A=Amarela; B= Branca; N=Negra; P=Parda; NT= Não trabalha; e T=trabalha.

Em maioria, os sujeitos eram jovens entre 14 e 18 anos de idade, com predominância do sexo feminino e, em totalidade, estudantes do 1º ano do ensino médio.

Com relação à etnia/raça, constatou-se predominância da cor parda, seguida em igual número negro e branco e apenas uma amarela. Relativo à religião, a maioria era católica e, na sequência, nenhuma religião. Ademais, a maioria dos participantes do estudo morava com os pais e irmãos, com renda familiar mensal inferior a dois salários mínimos e a grande maioria não trabalhava.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência sofrida pelas mulheres também pode ser denominada violência doméstica ou violência de gênero e consiste em um fenômeno extremamente complexo, que atinge mulheres em todas as partes do mundo⁹ e tem suas raízes na inter-relação de fatores biológicos, econômicos, culturais, políticos e sociais^{10 11}.

Essa questão social permeia todos espaços da sociedade. Dentre os tipos de violência contra a mulher, existentes no mundo, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis e perversas. O lar, identificado como local acolhedor e de conforto,

passa a ser, nesses casos, ambiente de perigo contínuo que resulta em estado de medo e ansiedade permanentes.

Violência doméstica consiste em todo tipo de agressão praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre pessoas com laços de sangue, ou unidas de forma civil. Caracteriza-se como violência cíclica, tramada conjuntamente, ainda que não igualmente, entre os sujeitos da relação.

Contudo, a violência praticada pelo parceiro íntimo - dentro do ambiente doméstico – constitui a forma mais prevalente e endêmica de violência, o direito do homem de dispor da companheira é muitas vezes aceito culturalmente¹².

Assim, a violência pode ser compreendida dentro das interações sociais, no decorrer dos anos vem se apresentando de diferentes formas, é de natureza, conforme a cultura, o tempo e espaço.

O autor aponta que a violência contra a mulher se manifesta de diferentes maneiras e em diversas ocasiões. Dentre essas, destacam-se aquelas cometidas no ambiente socialmente estabelecido para as mulheres, que é a esfera privada, a família e o domicílio¹³.

A literatura descreve diversos fatores associados à violência doméstica, que perpetuam esta condição para as mulheres, tais como: os antecedentes familiares de atos violentos, o uso de álcool pelo parceiro ¹³, o desemprego, a pobreza ¹⁵, o baixo nível socioeconômico da vítima, o baixo suporte social ofertado à mulher¹⁶ e a dependência emocional em relação ao agressor ¹⁷.

Assim, a violência doméstica refere-se a todas as formas de violência e aos comportamentos dominantes praticados na esfera privada. Neste sentido, os participantes da pesquisa foram questionados sobre o fato de presenciarem de algum tipo de violência na família, conforme Gráfico 1.

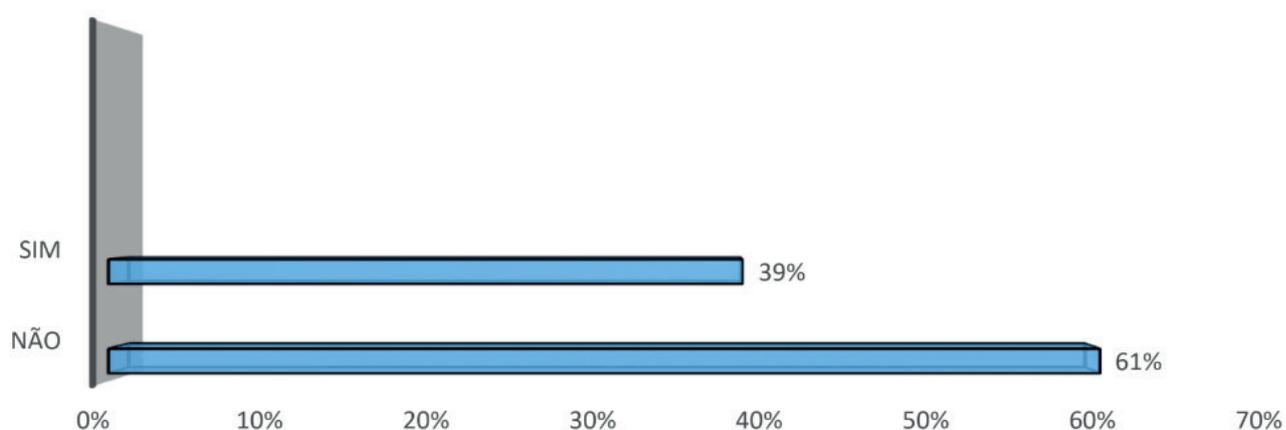


Gráfico 1. Violência familiar percebida pelos participantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Identificou-se que 61% dos participantes da pesquisa afirmaram que não

presenciaram nenhum tipo de violência no ambiente familiar, enquanto que 39% a perceberam. Observou-se porcentagem significativa da violência dentro dos lares dos alunos do 1º ano do ensino médio. Isso reforça os comportamentos dominantes praticados no âmbito doméstico e familiar que se caracteriza por relações sociais de opressões do sistema masculino sobre a mulher.

Desse modo, a violência contra a mulher é entendida sob a perspectiva de gênero, que consiste em forma específica de violência cultural que se constitui em dominação, opressão e crueldade construídas e reproduzidas no dia a dia das relações de poder desigual entre os gêneros. É exercida, principalmente, contra as mulheres na forma de machismo.

Esse tipo de violência é motivado quando as relações de desigualdade, de acordo com as condições de sexo, são percebidas, sobretudo, no âmbito familiar, no qual as relações se constituem por hierarquias¹⁸.

Nessa linha de entendimento, a subjetividade das questões de gênero, associadas ao fato de o masculino ter mais poder sobre o feminino no Brasil, revela-se como dificuldade para identificação da violência, sobretudo, das tipificações de violência, as quais não são claramente reconhecidas na legislação vigente¹⁹.

TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência contra a mulher se expressa, principalmente, por meio de agressões de natureza física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, afetando a integridade biopsicossocial. Em maioria, os atos sofridos pelas mulheres são realizados dentro da própria família, por pessoas íntimas, particularmente no âmbito doméstico.

Dentre os ambientes propícios à identificação de casos de violência doméstica, tem-se a instituição de ensino, local potencial para identificar diversos tipos de violências, como também propor ações educativas que colaborem com o rompimento de paradigmas segmentados na história da sociedade acerca da violência contra a mulher.

Dessa forma, identificaram-se violência no lares dos participantes da pesquisa, 41% afirmaram que presenciaram a violência física e igual porcentagem, casos de violência psicológica, seguida de violências mais sutis e que não deixam marca aparente, como é caso da violência moral, com 18%, demonstrando que a prática da violência doméstica não é um fenômeno, necessariamente, escondido ou camuflado.

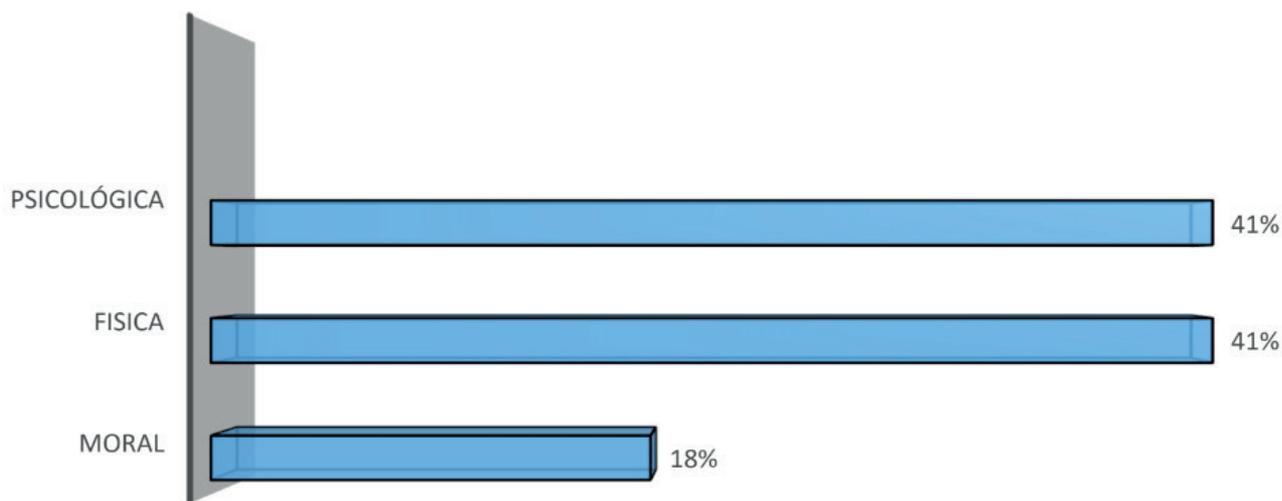


Gráfico 2. Tipificação da violência doméstica, conforme os participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesta pesquisa, a violência física ocupou igual porcentagem (41%) da violência psicológica, essa última constitui o tipo mais prevalente de violência contra a mulher. Os estudos sobre esse tipo de violência, onde figura como o mais prevalente²⁰⁻²¹.

Em relação aos agressores, enfatiza-se que as mulheres possuem maior risco de violência em relações a familiares e pessoas próximas que com estranhos e, na maior parte, o agressor tem sido o próprio cônjuge ou parceiro²².

Nesse sentido, o fato de a maioria dos agressores ser do sexo masculino remete à dominação masculina, não podendo esquecer de que, nas sociedades ocidentais, a concepção de gênero se encontra atrelada a regras que configuraram o status social que o sujeito ocupa no sistema produtivo e reprodutivo atuante²³.

Dialogando com os autores as imagens mais associadas à violência doméstica e familiar contra as mulheres é a do homem – namorado, marido ou ex - que agride a parceira, motivado por um sentimento de posse sobre a vida e as escolhas da mulher²⁴.

Resultados semelhantes foram observados na pesquisa, em que se identificou que maioria dos agressores das mulheres no ambiente doméstico apontaram o pai, ou seja, o marido, existindo laço familiar ou de responsabilidade entre a vítima e o agressor, conforme 33% das respostas. Em seguida, enteado e amigo passaram a ser os potenciais agressores, ambos com 6% (Gráfico 3).

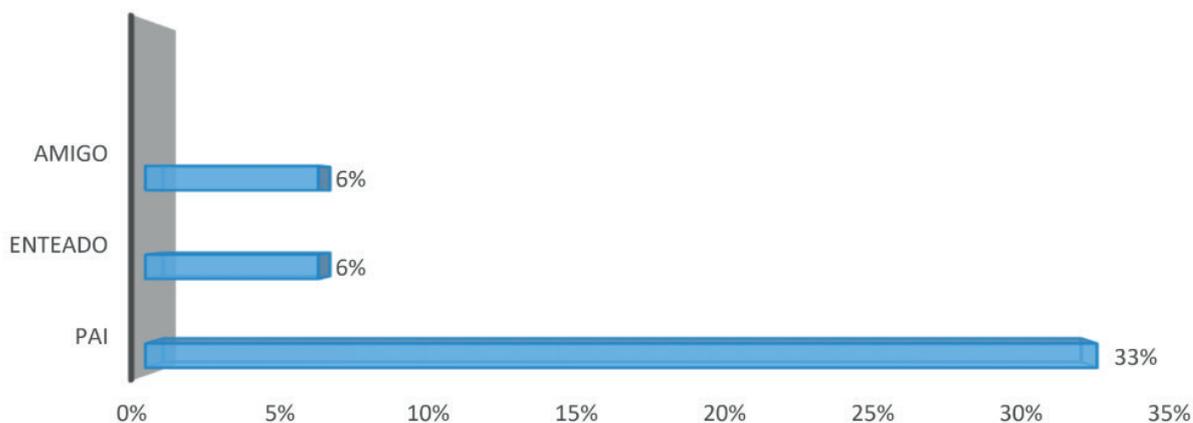


Gráfico 3. Agressores, conforme os participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Isso demonstra que, na maioria dos casos, existe vínculo entre agressor e vítima, reforçando a ideia de que a maioria dos agressores se encontra dentro do ciclo de convivência das vítimas.

Nessa perspectiva, a violência praticada contra a mulher assume enfoque diferenciado, quando ocasionada por um agressor que compartilha relações íntimas com a vítima, que ainda se resvala nas questões históricas e culturais, legitimadas e cultivadas do domínio masculino, nas relações sociais entre o sexo²⁴.

Observou-se, em alguns casos, que as mulheres não tinham condições reais de se livrarem dessa situação de violência, por falta de acesso aos meios e recursos necessários para se desvencilharem da dependência com o agressor. Tais mulheres necessitam de assistência psicossocial, orientação jurídica e rede de proteção, além de legislação de enfrentamento da violência contra a mulher.

LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, como Lei Federal n.º 11.340, criada para proteger a mulher da violência doméstica e familiar¹. Recebeu este nome em homenagem a biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após levar um tiro de espingarda do marido, enquanto dormia, em 29 de maio de 1983.

Após ter lutado 20 anos para ver o agressor condenado pelo Estado brasileiro, tornou-se o símbolo da luta para que o Brasil tivesse uma lei que contribuísse para redução da violência doméstica, familiar e de gênero no Brasil. Apesar da barbárie desse e de outros abusos, o caso tramitou lentamente na Justiça, o que repercutiu negativamente na imprensa mundial.

Em 2001, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos

da Organização dos Estados Americanos, devido à negligência com que tratava a violência contra a mulher. A partir de então, o Brasil criou mecanismos para atuar na formulação de políticas para mulheres, campanhas educativas, acompanhamento da implementação da legislação interna, para o cumprimento de acordos e convenções que o Brasil é signatário, com objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.

No Brasil, os últimos anos foram marcados por importantes iniciativas governamentais, especialmente no campo legislativo, para enfrentar o problema da violência contra as mulheres. Contudo, em 2016, ano em que a Lei Maria da Penha completou dez anos de vigência, ainda persistia a violência contra a mulher.

Para aprofundar a discussão, quando se questionaram os participantes sobre a criação de políticas públicas e ou leis que ajudariam a combater a violência contra a mulher, a grande maioria, 78%, considerou importante ou muito importante a criação de legislação específica para proteção da mulher no Brasil. As leis existentes constituem avanço, mas, ainda, é preciso alavancar no arcabouço jurídico e consolidar um conjunto de normas que visem proteção da mulher contra abusos e violências domésticas.

Dessa forma, os participantes reconheceram a relevância da implantação de marcos normativos acerca desta temática, os quais representaram avanço no contexto social, instrumentos de medida repressiva para coibir a violência física, sexual, patrimonial ou moral, punindo e reeducando o agressor e buscando proteger e diminuir a incidência dessa violência, no âmbito familiar e doméstico.

Nessa mesma linha, a institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil apresenta relação com o movimento global de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres²⁵.

Foi consenso entre os participantes de sobre como pedir ajuda, caso presenciem casos de violência contra a mulher, em que 83,3% dos participantes sabiam para onde ligar. Em relação à Lei Maria da Penha, identificou-se que a grande maioria, 75%, tinham ouvido falar, enquanto que 19% não e 6% não sabiam nada a respeito, conforme Gráfico 4).

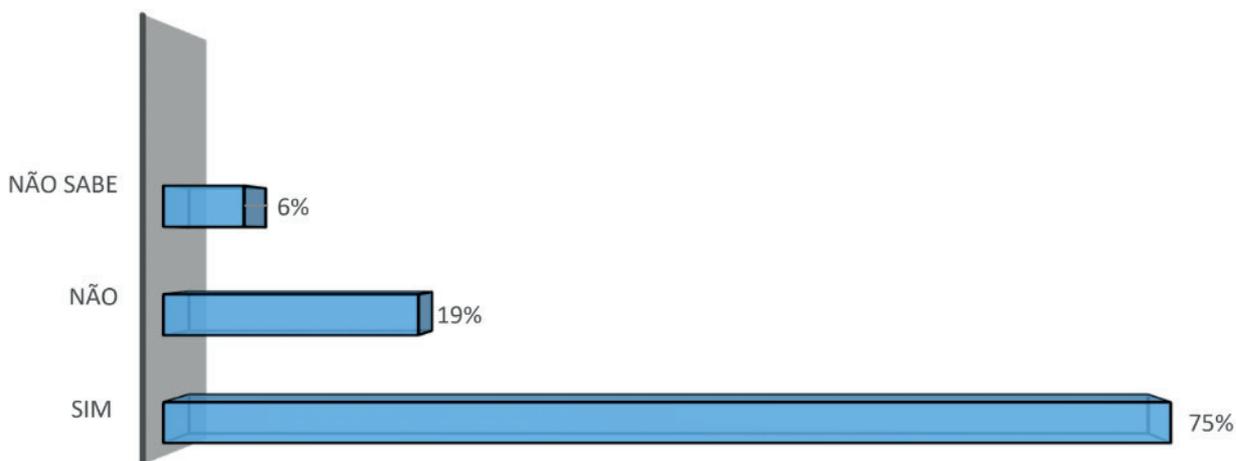


Gráfico 4. Conhecimento sobre a Lei Maria da Penha

Fonte: Elaborado pelos autores.

Corroborando com a discussão, estudo mostra que 2% da população nunca ouviu falar da Lei Maria da Penha, e que para 86% dos entrevistados, as mulheres começaram a denunciar mais os casos de violência após a Lei²⁶.

Apreendeu-se que população tem conhecimento sobre a Lei Maria da Penha. Entretanto, as mulheres ainda sofrem as consequências de uma sociedade machista, muitas vezes, ocupam posição de submissão nas relações conjugais, em decorrência da cultura de gênero, impedindo o direito humano fundamental do indivíduo de viver sem violência.

Observa-se que muito já se modificou no ordenamento jurídico brasileiro, e no que tange à violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha teve papel preponderante nessa mudança, porém, cumpre mencionar que essa transformação ocorreu aos poucos, com avanços legislativos e sensibilização da sociedade de maneira geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou que os participantes do estudo apresentaram compreensão acerca da violência doméstica e familiar. Presenciaram situações de violência no ambiente familiar. Na percepção dos escolares, a violência doméstica e familiar acontecia no cotidiano dos sujeitos e, na maioria dos casos, existia vínculo afetivo entre agressor e vítima, reforçando a ideia de que a maioria dos agressores está dentro do ciclo de convivência das vítimas.

Aprende-se que as agressões ocorreram na residência dos escolares, com maior incidência a violência física, psicológica e, na sequência, a moral, cujos autores foram companheiros, enteados e amigos.

Foi consenso entre os participantes o conhecimento acerca da Lei Maria da Penha e das formas de violência que mais ocorrem na família, com maior incidência a violência física, psicológica e moral.

Os participantes apontaram a importância das leis brasileiras existentes, as quais protegem as mulheres, mesmo que seja de forma parcial, a grande maioria dos escolares considerou imprescindível a criação de legislação específica para proteção da mulher na sociedade brasileira.

Como limitação do estudo, teve-se a primeira aproximação dos escolares com a temática no espaço escolar e a ausência de continuidade das atividades educativas acerca dessa temática, com a finalidade de propor mudanças de comportamento dos jovens, tornando-os mais ativos e conscientes.

Diante desse contexto, é preciso possibilitar espaços de diálogo, formação e integração com outros profissionais e setores, no contexto escolar, com intuito de visualizar estratégia de intervenções a serem delineadas, com foco no fortalecimento do diálogo, educação, respeito, afeto na vida desses sujeitos, corroborando a comunicação entre os profissionais da educação, saúde, assistência social, escolares e família/comunidade.

Por fim, destaca-se que a divulgação de estudos dessa natureza pode contribuir com a reflexão de escolares, professores e familiares sobre a importância do diálogo permanente acerca do tema em tela, nos espaços acadêmicos.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (BR). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2006 [citado 21 Jun 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm
2. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Assessoria de Imprensa e Comunicação. Atlas da Violência 2019. Rio de Janeiro: IPEA; 2019 [citado 2020 Jan 20]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34779&catid=9&Itemid=8
3. Brasil. Mapa da Violência contra a Mulher 2018. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, agradece à Linear Clipping e à Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília (HABRA). Brasília: Câmara dos Deputados; 2018 [citado 2020 Jan 20]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>
4. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Soc Estado. 2014 [citado 2020 Jan 20]; 29(2):449-69. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008.
5. Minayo MCS. Técnicas socioclínicas para a análise institucional das práticas sociais. Psicol Rev. 2015; 21(1):197-217. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2015V21N1P197>
6. Minayo MCS. Introdução. In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER, organizadores. Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, 2012. Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
8. Comitê de Ética da Universidade Regional do Cariri-CE, CEP URCA, 2019.

9. Amaral NA, Amaral CA, Amaral TLM. Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. *Texto contexto - enferm.* 2013; 22(4):980-988.
10. Gontijo DT, Alves HC, Paiva MHP, Guerra RMR, Kappel VB. Violência e saúde: uma análise da produção científica publicada em periódicos nacionais entre 2003 e 2007. *Physis* 2010; 20(3):1017-1054.
11. Blitchtein-Winicki D, Reyes-Solari E. Factores asociados a violencia física reciente de pareja hacia la mujeres en el Perú, 2004-2007. *Rev. perú. med. exp. salud pública* 2012; 29(1):35-43
12. Diniz NMF, Gesteira SMA, Lopes RLM, Mota RS, Pérez BAG, Gomes NP. Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA. *Rev. bras. enferm.* 2011; 64(6):1010-1015.
13. Santi LN, Nakano AMS, Lettiere A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto Contexto - Enferm.* 2010; 19(3):417-24. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000300002>.
14. Vieira EM, Perdona GSC, Santos MA. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Rev Saude Publica* 2011; 45(4):730-737.
15. Silva MA, Falbo NGH, Figueiroa JN, Cabral FJE. Violence against women: prevalence and associated factors in patients attending a public healthcare service in the Northeast of Brazil. *Cad Saude Colet* 2010; 26(2):264-272.
16. Audi CAF, Segall-Corrêa AM, Santiago SM, Andrade MGG, Pèrez-Escamila R. Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados. *Rev Saude Publica* 2008; 42(5):877-885.
17. Porto M, Bucher-Maluschke JSNF. Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no Distrito Federal. *Psicol. estud.* 2012; 17(2):297-306
18. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc Estado.* 2014; 29(2):449-69. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.
19. Guimarães MC, Pedroza RLS. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicol Soc.* 2015; 27(2):256–66. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>
20. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a Mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2005.
21. Albuquerque Netto LA, Moura MAV, Queiroz ABA, Leite FMC, Silva GF. Isolation of women in situation of violence by intimate partner: a social network condition. *Esc Anna Nery.* 2017; 21(1):e2007007. doi: 10.5935/1414-8145.20170007
22. Signorelli MC, Auad D, Pereira PPG. Domestic violence against women and professional intervention in primary healthcare: an ethnographic study in Matinhos, Paraná State, Brazil. *Cad Saúde Pública.* 2013; 29(6):1230-40. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2013000600019>
23. Brasil. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Brasília: Presidência da República; 2013.
24. Lucena KDT, Silva ATMC, Moraes RM, Silva CC, Bezerra IMP. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Cad Saúde Pública.* 2012; 28(6):1111-21. doi: 10.1590/S0102-311X2012000600010.

24. Lettiere A, Nakano AMS, Bittar DB. Violência contra a mulher e suas implicações na saúde materno-infantil. *Acta Paul Enferm.* 2012; 25(4):524-29. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002012000400007&script=sci_arttext.
25. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica. A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar). Brasília: IPEA; 2015.
26. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pesquisa avalia a efetividade da Lei Maria da Penha. Brasília: IPEA; 2015 [citado 2020 Jan 20]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24610

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação experimental 2, 8

Adolescente 11, 15, 24, 25, 207, 208

Ambiente 1, 2, 3, 10, 11, 13, 14, 18, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 37, 55, 57, 65, 67, 82, 83, 88, 93, 96, 97, 102, 159, 172, 175, 205, 208, 220, 229

Avanços 25, 33, 75, 110, 111, 118, 134, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 177, 178, 179, 181, 184, 217, 227

B

Bibliometria 106, 107, 108, 112, 113, 124

C

Campo Educacional 106, 108, 133, 139, 140, 141, 145, 220

Capitalismo 166, 168, 187, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Cinema 149, 150, 151, 153, 199, 200, 201, 203

Clima organizacional 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 93, 94

D

Desafios 50, 52, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 106, 108, 123, 127, 128, 139, 140, 144, 145, 147, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 210, 216

Desenvolvimento 13, 14, 16, 19, 20, 21, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 57, 59, 60, 67, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 88, 95, 100, 101, 103, 104, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 139, 141, 144, 148, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 185, 199, 201, 202, 203, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 223, 227, 231

Direito à educação 54, 137, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 211, 212, 213, 214

Docentes 19, 60, 69, 85, 104, 112, 113, 115, 117, 120, 170, 200, 203, 207, 208, 224, 228, 229

E

EAD 166, 167, 199, 200, 201, 202, 203

Educação 11, 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 37, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 157, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221,

222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Educação 4.0 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113

Educação de jovens e adultos 11, 15, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 197

Educação escolar 50, 54, 55, 177, 180, 182, 183, 184

Educação para a paz 128, 131, 134, 136, 137

Educação Patrimonial 95, 101, 103, 104, 105

Educação Profissional 180, 181, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197

Educação Superior 77, 79, 94, 169, 170, 171, 175, 188, 193, 194, 195, 197, 198, 206

Enfermagem 14, 205, 206, 207

Ensino 3, 8, 9, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 27, 29, 40, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 101, 103, 107, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 127, 150, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 219, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 231

Ensino Superior 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 101, 112, 115, 116, 166, 170, 176, 187, 188, 189, 190, 193, 195, 197, 210, 231

Envelhecimento 20, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Escola 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 95, 96, 98, 102, 103, 110, 127, 132, 133, 139, 140, 152, 157, 162, 163, 164, 165, 166, 183, 187, 188, 190, 192, 196, 197, 205, 207, 208, 209, 224, 228

escolar 1, 2, 8, 9, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 34, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 95, 98, 102, 103, 104, 105, 126, 148, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 196, 206, 216, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231

Escolar 16, 20, 21, 48, 55, 79, 155, 157, 158, 164, 168, 185, 224, 227, 228

Espaços escolarizados 2, 3

Estudantes da rede pública 71

Éthos organizacional 37, 41, 44, 46

Extensão 4, 21, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 149, 150, 151, 178, 205, 206, 207, 208, 209, 210

F

Forma escolar 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168

G

Gerencialismo 219, 220, 222, 223, 227, 229, 230

Gestão democrática 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 67, 69, 70

Gestão do conhecimento 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Gestão universitária 20, 79, 123, 210

H

História oral 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148

I

Impedimentos 71, 75

Inclusão 17, 18, 20, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 104, 137, 149, 150, 151, 168, 187, 188, 189, 190, 197, 214

Inclusão Social 137, 149, 150

Indústria 4.0 106, 107, 108, 110

Ingresso 53, 71, 73, 75, 76, 77, 121, 188

Interface 18, 21, 125, 126, 127, 134

M

Medicina na arte 149

N

Neurociências 114, 115, 119, 120, 121, 123

P

Parceria Público-Privada 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228

Participação 24, 39, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 83, 88, 89, 91, 93, 94, 99, 116, 117, 119, 120, 121, 159, 195, 207, 209

Pedagogia 11, 37, 38, 39, 43, 46, 47, 69, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 148, 163, 169, 186, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Pedagogia Empresarial 37, 38, 43, 46, 47, 199

Pedagogia Jornalística 199, 200, 201, 202, 203

Pedagogia Social 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 48, 51, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 125, 127, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 166, 168, 182, 185, 186, 187, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 224, 229, 231

Políticas educativas 192

Políticas Sociais 119, 186, 187, 196

Práxis 38

Projeto Autonomia Carioca 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230

Projeto Político Pedagógico 48, 49, 54, 60, 61, 62, 63, 67, 69, 70

Promoção da saúde 18, 149, 150

Q

Qualidade de ensino 48, 50, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 229

R

Resiliência 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

S

Socialização pedagógica 155, 156, 159, 162, 167

Sociedade 1, 2, 13, 16, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 42, 43, 46, 59, 62, 64, 72, 77, 79, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 142, 148, 149, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 182, 183, 184, 192, 199, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 226, 228

Sociedade de controle 155, 156, 164, 165, 167, 168

T

Técnicas 1, 4, 9, 34, 37, 38, 40, 43, 46, 108, 116, 142, 144, 159, 162, 164, 166, 170, 171, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 220

U

Universidade 1, 4, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 22, 34, 37, 48, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 85, 89, 95, 106, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 123, 137, 139, 140, 149, 151, 169, 176, 178, 188, 194, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 214, 231

V

Violência 15, 16, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 160, 187, 206, 207, 208

Violência Doméstica 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020